



SINDICATO NACIONAL
DOS TRABALHADORES
DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL E REGIONAL
EMPRESAS PÚBLICAS, CONCESSIONÁRIAS E AFINS

Rua D. Luís I, 20 F 1249-126 Lisboa
Tel: 210 958 400 — Fax: 210 958 469
stal.nacional@stal.pt — www.stal.pt

FEDERAÇÃO INTERSINDICAL DAS INDÚSTRIAS
METALÚRGICAS, QUÍMICAS, ELÉCTRICAS,
FARMACÊUTICA, CELULOSE, PAPEL,
GRÁFICA, IMPRENSA, ENERGIA E MINAS



Rua Cidade de Liverpool, 16-1.º - 1170-097 Lisboa
Tel: 21 881 85 00 — Fax: 21 881 85 55
geral@fiequimetal.pt

CARTA ABERTA AOS PARTICIPANTES NO ENCONTRO NACIONAL SOBRE RESÍDUOS PROMOVIDO PELA ANMP

Recuperar o controlo público dos resíduos, valorizar os trabalhadores, melhorar o Serviço Público

A gestão de resíduos sólidos urbanos é um sector estratégico e um factor essencial para a preservação e conservação do meio-ambiente e do território, a saúde e a qualidade de vida das populações e o desenvolvimento do país.

Por estas razões, sempre defendemos que a prestação destes serviços não deve ser subordinada à lógica do lucro, devendo assentar num modelo de gestão pública, garantindo o controlo democrático e uma forte responsabilidade social e ambiental.

Durante muito tempo, a organização do sector baseou-se no estabelecimento de parcerias públicas entre o Estado, via EGF, e um vasto conjunto de municípios, para o tratamento e valorização de resíduos urbanos, continuando as autarquias a assegurar a recolha e a limpeza, em regra, através da prestação directa.

Fruto dessa realidade, o país registou enormes avanços, alcançando a recolha de resíduos uma cobertura de 100% da população portuguesa. No campo das taxas de reciclagem, tratamento e valorização, os avanços foram igualmente notórios.

A venda da EGF, em 2014, pelo governo PSD/CDS à empresa Mota-Engil, contra a vontade de autarcas, populações e trabalhadores, e mantida pelo PS, interrompeu esse caminho e foi a peça-chave para favorecer o negócio do lixo. Dez anos depois, confirmam-se os alertas então feitos: o serviço público foi transformado num negócio, os municípios encarados como meros clientes, os trabalhadores profundamente desvalorizados. O progresso ambiental deu lugar à estagnação.

A rentabilidade passou a ser o único objectivo da gestão privada que, recorde-se, começou por retirar e distribuir milhões de euros de dividendos acumulados durante a gestão pública, que eram aplicados na contenção do aumento das tarifas e para realizar investimentos e melhorar as condições de trabalho. Entre 2015 e 2018, o Grupo EGF registou 56 milhões de euros de resultados positivos, dos quais distribuiu mais de 30 milhões em dividendos, com a fatia maior a ir para a Mota-Engil/SUMA. E em 2023, a EGF distribuiu mais 13 milhões de euros, valor acima dos nove milhões de lucros obtidos, descapitalizando a empresa.

As tarifas dispararam, ao contrário das promessas, agravadas com a imposição da taxa de gestão de resíduos. A título de exemplo, na Amarsul, entre 2019 e 2024, a tarifa subiu 276%! Na ERSUC, o aumento, desde 2014, é de 234%! Na Resinorte, cresceu 80! Exemplos a que se juntam muitos outros.

O desafio emergente é dignificar e valorizar os trabalhadores

O trabalho de recolha de resíduos é essencial, mas é também insalubre, penoso e arriscado. É um trabalho de dia e noite, com ritmo intenso e transporte de cargas pesadas, implicando um grande esforço físico. A exposição a condições climáticas adversas, ao ruído e aos resíduos, agrava de forma significativa os riscos para a saúde, a que acrescem os perigos inerentes de operar maquinaria pesada e o risco de atropelamento, por ex., durante a noite. Esta é uma das profissões mais perigosas e com uma das expectativas mais curtas de vida saudável.

E o que recebem estes trabalhadores pelo serviço essencial que asseguram? Salários de miséria; imposição de polivalência; precariedade; despedimentos abusivos; desrespeito pelos direitos; insuficiente ou completa ausência de reconhecimento e compensação da insalubridade, penosidade e risco; ataques ao exercício da liberdade sindical e bloqueio da negociação e da contratação colectivas.

A privatização agravou todos estes problemas, também na recolha indiferenciada e limpeza urbana, uma competência autárquica, que movimenta milhões, onde o trabalho é utilizado como variável de ajustamento para obter quota de mercado, e em que os trabalhadores ou são descartados, ou passam de uma empresa para outra, a fazer o mesmo, mas com o “conta km dos direitos” a zero, com responsabilidade das autarquias.

Um mercado onde o recurso à subcontratação de serviços, é cada vez maior, havendo empresas como a Resíduos do Nordeste, Ecobeirão e Lipor, em que o número de trabalhadores em regime de *outsourcing* é superior aos recursos próprios.

O que se impõe é dignificar e valorizar os trabalhadores e os seus direitos. O que se impõe é elevar os salários, compensar o risco, melhorar as condições de trabalho, respeitar o papel e a intervenção dos representantes dos trabalhadores, as disposições em matéria de segurança e saúde no trabalho e a negociação colectiva!

Defender e melhorar o serviço público de resíduos

O sector enfrenta os desafios da melhoria da qualidade, da obrigatoriedade de desassociar as tarifas do consumo de água, da implementação da recolha de biorresíduos, ao mesmo tempo que se confronta com o aumento brutal dos custos quer os da gestão em baixa, quer os custos das tarifas, que tenderão a aumentar, que lhes são impostas pela ERSAR na sequência dos que lhe propõem as entidades gestoras, maioritariamente privadas, pelo que urge tomar medidas.

Medidas que exigem: - uma política de resíduos determinada pelo interesse das populações e por razões ambientais e não pela procura do lucro; a reversão da privatização; a valorização do trabalho e dos trabalhadores do sector; a atribuição dos meios financeiros, humanos e técnicos, imprescindíveis para fazer face aos objectivos e metas definidos no PERSU 2030, para a melhoria dos processos de recolha e de incentivo à recolha selectiva com a sua valorização económica; uma gestão pública assente na lógica social, na maximização do bem-estar das populações, no respeito e cooperação com outros intervenientes, nomeadamente as autarquias; a defesa dos serviços públicos municipais de resíduos; uma política de preços e tarifas que assegure a todos o acesso a estes serviços essenciais em condições de igualdade; a garantia de proximidade como factor de coesão económica e social do território; o reforço do controlo democrático, transparência e participação social na gestão dos serviços públicos de resíduos.

Estas são condições indispensáveis para responder aos problemas sociais, económicos e ecológicos do nosso tempo e para construir uma sociedade justa, progressista e solidária.

Lisboa, 23 de Janeiro de 2025

Pelas Direcções do STAL e FIEQUIMETAL